



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria de Reformas Econômicas
Subsecretaria de Acompanhamento Econômico e Regulação
Coordenação-Geral de Saúde e Comunicações

Voto: 20/2025/CGSCOM/MF

Processo SEI nº: 25351.907993/2024-79

I. RELATÓRIO

- 1) O presente voto refere-se a Processo Administrativo instaurado pela Secretaria-Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), com o objetivo de apurar a oferta, pela empresa TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., CNPJ nº 32.364.822/0001-48, dos medicamentos CEFAZOLINA SÓDICA (na apresentação 1 G PÓ SOL INJ CX 50 FA VD INC (EMB HOSP)), METOCLOSANTISA (princípio ativo CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA, na apresentação 10 MG SOL INJ CX PAP 100 AMP VD INC X 2 ML), FENITOÍNA SÓDICA (na apresentação 50 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 5 ML (EMB HOSP)), OPRAZON (princípio ativo OMEPRAZOL SÓDICO, na apresentação 40 MG PO INJ CX 20 FA VD INC + 20 AMP DIL VD INC X 10 ML) e CEFALOTINA SÓDICA (na apresentação 1G PÓ P/ SOL INJ CX 50 FA VD INC X 10ML (EMB HOSP)); por valores superiores aos respectivos Preços Fábrica (PF), à Fundação Hospitalar da Fronteira/PR, no Pregão Eletrônico nº 008/2020, realizado em 31 de julho de 2020.
- 2) Em investigação preliminar, a Secretaria-Executiva da CMED (SCMED) exarou a Nota Técnica nº 112/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (fls. 172 e ss), que apontou a oferta dos cinco medicamentos supracitados, com valor superior ao permitido, perfazendo o total a maior de R\$ 32.637,25 (trinta e dois mil, seiscentos e trinta e sete reais e vinte e cinco centavos).
- 3) A empresa foi informada da abertura do processo por meio da Notificação nº 251/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (fl. 179), para apresentar sua defesa, na qual alegou, em síntese, que (fls. 185 e ss):
 - a. A Terra Sul Comércio de Medicamentos Ltda-EPP é empresa de pequeno porte;
 - b. Não há como se considerar como uma "proposta vinculativa" para efeito de comercialização dos medicamentos a simples inclusão da proposta preliminar de preços no sistema eletrônico de compras públicas;
 - c. A própria Resolução CMED nº 02/2018 estipula, em seu art. 7º, que as penalidades observarão, dentre outros, o princípio do atingimento do interesse público (finalidade), o que apenas pode ser obtido através do sancionamento da conduta efetivamente infrativa ao PF ou ao PMVG, e não de qualquer conduta que, em análise superficial, tenha o mero potencial de resultar em infração da espécie;
 - d. A "oferta" a que faz referência o art. 5º, I, "a", da Resolução CMED nº 02/2018 não fica configurada com o simples lançamento de proposta preliminar em sistema de compras da Administração (momento em que se trata de simples proposta); mas sim com a efetiva adjudicação do objeto, consagrando-se a licitante ofertante como vitoriosa no certame por um preço superior ao PF ou ao PMVG e, consequentemente, tendo sua proposta vinculada ao resultado da licitação, não podendo se eximir de praticar a comercialização do bem pelo preço proposto posteriormente caso seja convocada pela Administração para tanto;
 - e. A data dos fatos está dentro do período pelo qual o mundo todo sofreu com as consequências nefastas da pandemia de Covid-19 (entre 2020), dentre elas o vultoso e absurdo aumento de preços de matérias-primas e insumos utilizados para a fabricação de medicamentos. Isto é fato público e notório que dispensa maiores considerações;
 - f. A Tabela CMED pode conter distorções de preço, tanto positivas quanto negativas, de modo que no presente caso foi estritamente o que aconteceu, os preços dos medicamentos na Tabela Cmed não parecavam com os de mercado;

- g. Comprovado está que o preço ofertado, ainda que superior ao da Tabela CMED naquele momento de pandemia, refletia o preço de aquisição do medicamento para a empresa, de modo que não se pode cogitar haver ilicitude no caso em tela;
- h. A Administração deve determinar sanção adequada ao ilícito contratual cometido, considerando-se os danos sofridos, a conduta do particular (se houve dolo ou má-fé) e sua atuação enquanto contratado até o momento;
- i. Não houve prejuízo à Administração Pública, haja vista que para além do lance realizado, os produtos não foram vendidos pela empresa ao Hospital denunciante, pois sagrou-se vencedora do item outra licitante;
- j. Não houve por parte da empresa a prática de qualquer infração, motivo pelo qual o arquivamento é impositivo.

4) Após defesa da empresa, a SCMED emitiu a Decisão nº 242, de 12 de setembro de 2024, (fls. 224 e ss), atestando a infração da empresa, por ofertar medicamentos por valores superiores aos PF, em descumprimento ao disposto pela Resolução CMED nº 02/2018, e concluindo inicialmente pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R\$ 46.956,59 (quarenta e seis mil, novecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e nove centavos).

CÁLCULO DE MULTA SOBRE OFERTA E/OU COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS POR PREÇO SUPERIOR AO PERMITIDO							
Empresa:	TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA			Nº CNPJ	32.364.822/0001-48		
Processo Nº	25351.907993/2024-79			FAIXA DE FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO		FAIXA E	
FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO		R\$ 4.800.000,00		TOTAL DE MULTA A RECOLHER		R\$ 46.956,59	
Valor da UFIR de nov/2000 atualizado pelo IPCA-e até o trimestre (jan-24 a mar-24)	4,401114143		Total Multa em UFIR	10.669	TOTAL MÁXIMO A RECOLHER		R\$ 46.956,59
PRODUTO	Apresentação	Data da INFRAÇÃO	Faturamento a maior A EPOCA DA INFRAÇÃO	Faturamento Corrigido pela Selic	% Multa	Concretização	Multa em R\$
CEFAZOLINA SÓDICA	1 G PÓ SOL INJ CX 50 FA VD INC (BEM HOSP)	07/2020	R\$ 8.290,10	R\$11.352,46	2,0%	Oferta	R\$ 11.579,51
METOCLOSANTISA	10 MG SOL INJ CX PAP 100 AMP VD INC X 2 ML	07/2020	R\$ 816,30	R\$1.117,84	2,0%	Oferta	R\$ 1.140,20
FENITOÍNA SÓDICA	50 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 5	07/2020	R\$ 97,60	R\$133,65	2,0%	Oferta	R\$ 136,33

Decisão 3172366 SEI 25351.907993/2024-79 / pg. 243

SÓDICA	ML (EMB HOSP)						
OPRAZON	40 MG PO INJ CX 20 FA VD INC + 20 AMP DIL VD INC X 10 ML	07/2020	R\$ 182,45	R\$249,85	2,0%	Oferta	R\$ 254,84
CEFALOTINA SÓDICA	1G PÓ P/ SOL INJ CX 50 FA VD INC X 10ML (EMB HOSP)	07/2020	R\$ 23.250,80	R\$31.839,65	2,0%	Oferta	R\$ 32.476,44

- 5) Em adição, a SCMED optou pela aplicação da agravante de caráter continuado no presente processo, consoante o disposto no Art. 13, inciso II, alínea "b", da Resolução CMED nº 2/2018, pela constatação de sobrepreço em múltiplos medicamentos.
- 6) Por sua vez, em função da empresa somente possuir condenação transitada em julgado perante a CMED em processo posterior ao presente caso, incorporou-se a hipótese de atenuante de infrator primário, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "a", da supracitada Resolução.
- 7) Destarte, o cômputo de uma circunstância agravante e de uma atenuante ensejou a cominação da multa pelo seu valor inicial acrescido de um terço do mesmo e deduzido subsequentemente de 1/3 do montante resultante, de modo que a sanção pecuniária final restou em R\$ 42.948,31 (quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e oito reais e trinta e um centavos) ^[1].
- 8) Após subsequente notificação, a empresa interpôs recurso administrativo (fls. 259 e ss), no qual,

além de reiterar os argumentos aventados em sede de defesa, destaca que considera a multa aplicada injusta e desproporcional e requer que seja arquivado o processo administrativo ou, alternativamente, seja reduzido o valor da multa em 50%.

- 9) Por meio do Despacho nº 2.475/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (fl. 279), a SCMED recebeu o recurso por entender presentes os requisitos de tempestividade^[2], legitimidade, cabimento e interesse e, na sequência, sorteou o processo entre os membros do Comitê Técnico-Executivo (CTE) da CMED na 11ª Reunião Ordinária do CTE/CMED, realizada nos dias 28 e 29 de setembro de 2024, cuja relatoria coube ao Ministério da Fazenda, conforme Despacho nº 2.706/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA.

II. ANÁLISE

II.1 Admissibilidade do Recurso Administrativo

- 10) Tendo em vista que a empresa tomou ciência da Decisão nº 242/2023 da SCMED em 25 de setembro de 2024, conforme Despacho nº 2.475/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (fl. 279), e protocolou o recurso em 31 de outubro de 2024, a priori afigurar-se-ia intempestiva a interposição do mesmo, nos termos do art. 29 da Resolução CMED nº 2/2018. Contudo, a admissibilidade do recurso é viabilizada em função da prorrogação de prazo por 120 dias estipulada pela Portaria nº 3, de 13 de junho de 2024, para empresas localizadas no Rio Grande do Sul/RS.

II.2 Mérito

- 11) O presente Processo Administrativo abarca a inobservância das regras do mercado de medicamentos pela empresa TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, na oferta de medicamentos à Fundação Hospitalar da Fronteira/PR, por valores superiores aos respectivos PF.
- 12) Preliminarmente, cabe destacar que a oferta e venda de medicamentos deve atender à toda regulamentação legal e infralegal vigente sobre o tema. Neste ponto, consoante art. 2º c/c art. 8º da Lei nº 10.742/2003, o descumprimento, por "*empresas produtoras de medicamentos, farmácias e drogarias, representantes, distribuidoras de medicamentos, e, de igual modo, quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico*", de atos emanados pela CMED, no exercício de suas competências de regulação e monitoramento do mercado de medicamentos, bem como o descumprimento de norma prevista nesta Lei, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei nº 8.078/1990.
- 13) Nesse contexto, a Resolução CMED nº 2/2018 estabelece que:

"Art. 5º As infrações à regulação do mercado de medicamentos serão classificadas, segundo sua natureza, em 2 (dois) grupos:

(...)

II - infrações classificadas como quantificáveis:

a) ofertar medicamento por preço superior ao limite máximo aplicável ao caso;"

- 14) Destarte, resta inconteste que a regulamentação referente ao mercado de medicamentos aplica-se à toda a cadeia do setor, inclusive às empresas atacadistas ou distribuidoras, como é o caso da TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
- 15) No concernente à infração objeto do presente processo, o excerto da Resolução CMED nº 2/2018 reproduzido acima evidencia claramente que tanto a venda efetiva como a mera oferta de medicamentos por valor superior ao permitido constituem descumprimento à regulação vigente. Em suma, revela-se desnecessário que a oferta seja concretizada para que a prática da empresa seja considerada infração e, por conseguinte, seja cabível a aplicação de sanção, tanto que a Resolução CMED supracitada elenca formas de cálculo distintas para cada uma dessas infrações.
- 16) Doravante, observa-se que não procede a alegação da TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA de que a sanção instaurada pela CMED deveria ser desconstituída, porque não teriam sido infringidas as normas regulamentadoras aplicáveis, notadamente a Resolução CMED nº 2/2018, a qual preconiza a observância estrita aos limites estabelecidos pela CMED tanto para venda como para a oferta de medicamentos.
- 17) Nesse diapasão, cabe destacar que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região assim se manifestou sobre a punição aplicada à empresa que apresentou proposta de venda de medicamentos sem a devida observância dos preços permitidos pela CMED:

“assim, diante da sabida natureza administrativa das tratativas contratuais em questão, o fato de a autora ter apresentado proposta com preços superiores aos permitidos, situação que a vincula definitivamente aos valores ofertados, consoma a sua intenção de vender os produtos em questão em desconformidade com a Resolução CMED nº 04/2006. Portanto, ainda que não tenha havido a venda dos produtos, houve o oferecimento de proposta formal vinculante que desrespeitava norma geral a que a autora estava submetida, motivo pelo qual não verifiquei qualquer ilegalidade, atipicidade ou desproporcionalidade na atuação realizada pela Administração”.

[3]

18) Efetivamente, a própria Orientação Interpretativa CMED nº 2/2006 explicita, em seu primeiro parágrafo, que “o Distribuidor é obrigado a vender os produtos, tendo como **referencial** máximo o preço fabricante” (grifo do autor), ou seja, a cotação ou preço de referência (oferta), pelo qual posteriormente efetivar-se-á a venda, não poderá ser superior ao Preço Fabricante ou Preço Fábrica – PF.

19) Para além disso, a própria sistemática de cálculo de multas por inobservância aos limites estabelecidos pela CMED foi somente replicada pela Resolução nº 2/2018, uma vez que a metodologia foi desenvolvida originalmente ainda em 2013, no voto-vista nº 1/2013

[4]

CMED/SCTIE/MS, de cuja conclusão tem-se o excerto “para que apure o valor da multa a ser aplicada a referida empresa com base na metodologia ora explanada, **a qual deve ser aplicada para calcular as multas subsequentes a serem impostas pela CMED**”. (grifo do autor).

20) Inclusive, consulta efetuada à Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde especificamente sobre a aplicabilidade de multa por oferta, ou proposta de venda, em desacordo aos limites de preços

[5]

ditados pela CMED previamente à supracitada Resolução também resultou em parecer que corroborou esse posicionamento, ao discorrer que:

a. “a competência da CMED para estabelecer o “referencial máximo” e para aplicar sanções em caso de seu descumprimento, decorre de aplicação direta do art. 4º, §1º; art. 6º; art. 7º, e do art. 8º, todos da Lei nº 10.742/2003. Por esse motivo, **não há que se falar em retroatividade da Resolução nº 2/2018 na aplicação de sanções relacionadas a fatos anteriores a sua vigência, porquanto tais atos decorrem da própria Lei nº 10.742/2003.**”

b. “infrações aplicadas por desrespeito ao referencial máximo definido pela CMED são **infrações formais**, isto é, infrações de mera conduta, **para as quais não se exige efetivo resultado**, sistemática esta que **encontra respaldo na doutrina e na jurisprudência do STJ**. Cabe, portanto, a aplicação de sanção pela mera oferta acima do valor estipulado pela CMED, **ainda que a venda não tenha sido realizada ou que tenha sido efetivada abaixo do valor de referência**”. (grifos do autor).

21) Partindo para a análise do caso concreto, verifica-se a autoria da TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA na infração descrita às fls. 172 a 176, consubstanciada na oferta, em julho de 2020, conforme ata do Pregão Eletrônico nº 8/2020, de:

a. 20 unidades do medicamento CEFAZOLINA SÓDICA (na apresentação 1 G PÓ SOL INJ CX 50 FA VD INC (EMB HOSP)), pelo valor unitário de R\$ 960,00, superior em R\$ 414,51 ao PF de R\$ 545,49;

b. 20 unidades do medicamento METOCLOSANTISA (princípio ativo CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA, na apresentação 10 MG SOL INJ CX PAP 100 AMP VD INC X 2 ML), pelo valor unitário de R\$ 84,43, superior em R\$ 40,82 ao PF de R\$ 43,61;

c. 2 unidades do medicamento FENITOÍNA SÓDICA (na apresentação 50 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 5 ML (EMB HOSP)), pelo valor unitário de R\$ 320,00, superior em R\$ 48,80 ao PF de R\$ 271,20;

d. 15 unidades do medicamento OPRAZON (princípio ativo OMEPRAZOL SÓDICO, na apresentação 40 MG PO INJ CX 20 FA VD INC + 20 AMP DIL VD INC X 10 ML), pelo valor unitário de R\$ 799,19, superior em R\$ 12,16 ao PF de R\$ 787,03;

e. 40 unidades do medicamento CEFALOTINA SÓDICA (na apresentação 1G PÓ P/ SOL INJ CX 50 FA VD INC X 10ML (EMB HOSP)), pelo valor unitário de R\$ 847,25, superior em R\$ 581,27 ao PF de R\$ 265,98.

[6]

22) Conforme estabelecido pelo art. 9, inciso IV, alínea “a”, da Resolução CMED nº 2/2018, a metodologia para cálculo da multa em caso de **oferta** de medicamento por valor superior ao permitido é a reproduzida abaixo:

$$Mo = a*(1 + i)$$

Onde:

Mo = multa apurada no processo administrativo para cada oferta;

a = diferença entre o valor ofertado e o preço CMED, por apresentação, multiplicada pela quantidade ofertada, nos casos em que tal demanda seja quantificável;

i = índice de ajuste face à condição econômica do agente.

- 23) Por sua vez, o índice de ajuste face à condição econômica do agente é obtido a partir do enquadramento do faturamento anual da empresa na tabela abaixo:

Faixas	Faturamento médio no Brasil no ano do ilícito	Índice de ajuste
A	$x \geq 100.000.000,00$	10%
B	$50.000.000,00 \leq x < 100.000.000,00$	7%
C	$25.000.000,00 \leq x < 50.000.000,00$	5%
D	$10.000.000,00 \leq x < 25.000.000,00$	4%
E	$x < 10.000.000,00$	2%

- 24) Conforme valores constantes do sistema DATAVISA, a TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA enquadra-se na faixa E supramencionada, cujo índice de ajuste face à condição econômica é de 2%.

- 25) Por sua vez, a CMED, com base na deliberação do CTE de 29 de junho de 2016 e na metodologia utilizada pela Gerência de Gestão da Arrecadação (GEGAR) da Anvisa, e seguindo recomendação da Controladoria Geral da União (CGU) emanada no Relatório CGU nº 201315441, passou a adotar a Taxa Selic como forma de atualização do faturamento auferido a maior à época da infração.

- 26) Destarte, aplicando-se a multa conforme porte econômico da empresa, no caso, de 2% correspondente a empresa de pequeno porte, de acordo com a metodologia supracitada, ter-se-ia os valores preliminares de R\$ 11.579,51 (onze mil, quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta e um centavos), R\$ 1.140,20 (hum mil, cento e quarenta reais e vinte centavos), R\$ 136,33 (cento e trinta e seis reais e trinta e três centavos), R\$ 254,84 (duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), e R\$ 32.476,44 (trinta e dois mil e quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos); para as multas referentes aos medicamentos CEFAZOLINA SÓDICA, METOCLOSANTISA (princípio ativo CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA), FENITOÍNA SÓDICA, OPRAZON (princípio ativo OMEPRAZOL SÓDICO) e CEFALOTINA SÓDICA, respectivamente.

- 27) No tocante à dosimetria da sanção, em decorrência de ter sido constatada a inobservância aos limites legais de preço estipulados pela CMED para cinco medicamentos distintos, afigura-se caracterizada a agravante de caráter continuado. As demais circunstâncias agravantes constantes da Resolução CMED nº 2/2018 não foram observadas.

- 28) Por sua vez, em função da empresa somente possuir condenação transitada em julgado perante a CMED em processo posterior ao presente caso, conforme ressaltado anteriormente, incorporou-se a atenuante de primariedade, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "a", da supracitada Resolução.

- 29) Contudo, após o cômputo das respectivas atenuante e agravante supracitadas, o valor da multa referente aos dois medicamentos a seguir: FENITOÍNA SÓDICA e OMEPRAZOL SÓDICO; seriam ambos inferiores ao limite mínimo estabelecido pelo art. 57 da Lei 8.078/90, motivo este pelo qual adotou-se, nestes casos, o patamar inferior de 200 Ufir previsto legalmente, ou R\$ 880,22 (oitocentos e oitenta reais e vinte e dois centavos) à época em que a CMED proferiu a Decisão nº 242/2024.

- 30) Assim, a tabela abaixo resume os agravantes e atenuantes aplicados ao caso e respectivo cálculo final:

Infração	Multa Base	Agravantes	Atenuantes	Multa Final
Oferta de 20 unidades de Cefazolina Sódica	R\$ 11.579,51	Caráter Continuado $11.579,51 + 1/3 \text{ R\$ } 11.579,51 = 15.439,35$	Primariedade R\$ 15.439,55 - $1/3 \text{ R\$ } 15.439,55 = 10.292,90$	R\$ 10.292,90
Oferta de 20 unidades de Cloridrato de Metoclopramida	R\$ 1.140,20	Caráter Continuado $1.140,20 + 1/3 \text{ R\$ } 1.140,20 = 1.520,27$	Primariedade R\$ 1.520,27 - $1/3 \text{ R\$ } 1.520,27 = \text{R\$ } 1.013,51$	R\$ 1.013,51

Oferta de 2 unidades de Fenitoína Sódica	R\$ 136,33	Caráter Continuado R\$ 136,33 + 1/3 R\$ 136,33 = 181,77	Primariedade R\$ 181,77 - 1/3 R\$ 181,77 = R\$ 121,18	R\$ 880,20 (limite mínimo 200 Ufir)
Oferta de 15 unidades de Omeprazol Sódico	R\$ 254,84	Caráter Continuado R\$ 254,84 + 1/3 R\$ 254,84 = 339,79	Primariedade R\$ 339,79 - 1/3 R\$ 339,79 = R\$ 226,53	R\$ 880,20 (limite mínimo 200 Ufir)
Oferta de 40 unidades de Cefalotina Sódica	R\$ 32.476,44	Caráter Continuado 32.476,44 + 1/3 R\$ 32.476,44=43.301,92	Primariedade R\$ 43.301,92 - 1/3 R\$ 43.301,92 = R\$ 28.867,95	R\$ 28.867,95
Total	R\$ 45.587,32			R\$ 41.934,76

III. CONCLUSÃO

31) Ante todo o exposto, vota-se pelo conhecimento do recurso e indeferimento no mérito, retificando-se a multa cominada no valor final de R\$ 41.934,76 (quarenta e um mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta e seis centavos).

RAFAEL SIQUEIRA BARRETO

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

PRISCILA GEBRIM LOULY

Coordenadora-Geral de Saúde e Comunicações

[1] Com a exceção das sanções referentes aos medicamentos FENITOÍNA SÓDICA e OMEPRAZOL SÓDICO, cujas agravantes e atenuantes aos respectivos valores originais foram desconsideradas em razão de que o valor final de cada uma restaria inferior ao mínimo legal de 200 Ufir, ou o equivalente a R\$ 880,22 à época.

[2] Excepcionalmente, haja vista que a ciência da empresa da Decisão CMED nº 242/2024 efetivou-se em 25/09/2024 e o protocolo do recurso, em 31/10/2024, extrapolado o prazo regulamentar de 30 dias. Contudo, foi aceito o recurso, observada a prorrogação de prazo por 120 dias estipulada pela Portaria nº 3, de 13 de junho de 2024, para empresas localizadas no Rio Grande do Sul/RS.

[3] Processo nº 22104-20.2011.4.01.3400. Seção Judiciária do Distrito Federal. Ação da 8ª Vara Federal. Decisão de 07/06/2011.

[4] Vide Processo n.º 25351.054923/2010-62.

[5] PARECER n. 00516/2022/CONJUR-MS/CGU/AGU, vide Processo nº 25000.079026/2022-25.

[6] O item 77 do Pregão Eletrônico nº 08/2020 (fl. 102) refere-se a 2.000 unidades do medicamento Cefalotina Sódica, ou o equivalente a 40 embalagens de 50 unidades cada, o que perfaz o total de 40 * 50 = 2.000 frascos.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Gebrim Louly, Coordenador(a)-Geral**, em 09/09/2025, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Siqueira Barreto, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental**, em 12/09/2025, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **50365486** e o código CRC **82852E7A**.

Referência: Processo nº 25351.907993/2024-79.

SEI nº 50365486